



**III CIFA**  
COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

## **PROTAGONISMO DA MULHER CAMPONESA: RESISTÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR<sup>1</sup>**

**BRAGA, Ana Patrícia de Melo<sup>2</sup>;**

<sup>2</sup> Bacharela em Ciências Sociais (UFPE), mestranda em Sociologia (UFPE), Recife, Pernambuco, anamelo.braga@gmail.com

### **RESUMO**

Tendo por base as ideias debatidas em torno dos processos de transformação do meio rural aliadas às referências teóricas trazidas pelas teorias pós-colonialistas e feministas, assim como a crítica à economia, o presente projeto de pesquisa tem por objetivo investigar a relação da mulher camponesa com as formas alternativas de produção agrícola e como essa relação se associa na construção de suas identidades camponesas, tendo por meio de pesquisa os movimentos sociais ligado ao campo – como, por exemplo, o Movimento das Mulheres Camponesas – em um cenário de disputa e resistência aos domínios do neoliberalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; campo; agricultura; pós-colonialismo.

### **INTRODUÇÃO**

Para Henry Bernstein (2011), a inclusão do campo ao “modo capitalista agrário globalizado”, provocou um aumento de concentração de terra, a mercantilização da subsistência camponesa, o incentivo à monocultura de produtos para exportação e a precarização do trabalho rural. Sobre esse mesmo processo, Ximena Subercaseaux (2015) argumenta que a inserção dessas políticas neoliberais acarretou muitas transformações no meio rural que afetaram, em especial, as mulheres. Segundo a autora, a feminização do emprego induzida pela agricultura intensiva somada às políticas neoliberais, como, por exemplo, a flexibilização do trabalho, deixaram as mulheres em situações vulneráveis, em que se verificam a desregulação do contrato laboral, subcontratações e informalidade dos vínculos empregatícios. Subercaseaux argumenta que a incorporação das mulheres ao trabalho e sua “assalarização” não rompe necessariamente com as desigualdades de gênero: tanto dentro dos próprios espaços de trabalho, como também dentro de suas casas, somando as jornadas duplas de trabalho não reconhecidas. O que se verifica, na verdade, é que a precarização do trabalho e a ausência ou limitações dos sistemas de proteção social continuam reproduzindo situações de pobreza e vulnerabilidade para estas mulheres. Por outro lado, as mulheres camponesas, pequenas produtoras rurais dentro de um contexto familiar, também enfrentam situações de opressão, violência e invisibilização de seu trabalho, como, por exemplo, demonstra Estefanía Forés (2012) sobre um certo “idílio rural” onde o meio camponês corresponderia ao espaço autêntico da solidariedade, que alimenta o papel incondicional cuidador e nutritivo feminino “faço por amor”, o que favorece uma dissimulação das relações de poder e a dimensão da obrigatoriedade que envolvem o trabalho doméstico (FORÉS, 2012: 28). A autora argumenta ainda que a falta de uma perspectiva de gênero no meio rural também é uma forma de violência, pois corrobora com a exclusão e invisibilização da atuação das mulheres nesse espaço, diminuindo seus poderes de tomar decisões.

Dentro desse contexto, é interessante notar que parte do ativismo camponês, como Bernardo Fernando (2003), Peter Rosset(2016) e Mónica Figurelli(2016) demonstram, busca-se uma ampliação da

---

<sup>1</sup> Pré-projeto de pesquisa vinculado ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.



# III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

perspectiva do desenvolvimento rural que não esteja exclusivamente atrelado aos interesses do capital, em retomada a sua valorização e ao seu poder de transformação social. Em especial, dentro dos movimentos sociais ligados ao campo, as mulheres camponesas em sua organização, que se veem como as mais afetadas pelas implantações das políticas neoliberais, apontam que a luta pela valorização do campo e da mulher camponesa passa não apenas pelo enfretamento das forças patriarcais que limitam seu poder de atuação no campo, como também perpassa por uma reformulação dos meios de produção agrícola e, conseqüentemente, dos seus modos de vida. Ilustrando esse ponto, Figurelli (2016) aponta, por exemplo, que a agricultura camponesa é aquela que permite construir a soberania alimentar, porque é aquela que produz o alimento para a necessidade humana e não para a acumulação de capital, assim, produz de forma “sana” e “curativa”, recuperando o solo e o meio ambiente, com sementes próprias, de maneira diversificada e sem agrotóxico, conservando a biodiversidade e sem a exploração humana. Dessa forma, segundo a autora, a identidade camponesa se constrói a partir de um modo de produzir que é também “uma maneira de ser e viver”.

A partir desses apontamentos, tendo por base as ideias debatidas em torno dos processos de transformação do meio rural aliadas às referências teóricas trazidas pelas teorias pós-colonialistas e feministas, assim também como a crítica à economia, o presente trabalho tem por objetivo investigar a relação da mulher camponesa com as formas alternativas de produção agrícola – agroecológicas – e como essa relação se associa na construção de suas identidades camponesas, tendo por meio de pesquisa os movimentos sociais ligados ao campo – como, por exemplo, o Movimento das Mulheres Camponesa – em um cenário de disputa e resistência aos domínios do neoliberalismo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa qualitativa, como nos conta Heloísa Martins (2004), possibilita um estudo em amplitude e profundidade, privilegiando análises de microprocessos “através das ações sociais individuais e grupais (MARTINS, 2004: 292). Além do mais, o método qualitativo permite também uma maior flexibilidade quanto às técnicas de coletas de dados, configurando-se como um “trabalho artesanal” onde o uso da intuição, da imaginação e da experiência são aproveitadas na elaboração da pesquisa. Nesses aspectos, acreditamos ser a mais adequada aos objetivos do trabalho.

Tendo isso em mente, a pesquisa terá como campo de trabalho o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em suas articulações no Estado de Pernambuco, junto também a outros grupos que se alinham na militância agroecológica e feminista.

Utilizaremos o método de entrevistas qualitativas que, segundo George Gaskell (2003), fornecem dados para a compreensão “das relações entre atores sociais e suas situações [...]: crenças, atitudes, valores e motivações” em contextos específicos. A utilização desse método, segundo o autor, parte de uma compreensão que o próprio ato de entrevista é um processo social em que se estabelece uma interação, de modo que a geração de conhecimento é um empreendimento cooperativo.

Dentro das múltiplas possibilidades oferecidas a partir deste método, percebemos as entrevistas semi-estruturadas enriquecidas por narrativas das mais favoráveis, pois, como nos conta Sandra



# III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Jovchelovitch e Martin Bauer (2005), possibilitam verificar “diversas perspectivas dos informantes sobre acontecimentos e sobre si mesmos”, colocando em evidência “o lugar, o tempo, a motivação e as orientações dos sistemas simbólicos do ator” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2005:91). Segundo os autores, esses métodos foram muito usados em estudos sobre estruturas de poder nas comunidades locais, o que os propicia ainda mais em nossa pesquisa.

Além das entrevistas, coletaremos dados também através de materiais como agendas, programas, panfletos, entre outros, distribuídos e divulgados pelos próprios movimentos. Utilizaremos como método a análise de discurso. Segundo Gill (2005), este método através dos seus princípios (o discurso em si mesmo, como uma forma de ação e em sua retórica; a linguagem como criadora e construída), ajudam a perceber em detalhe a organização da interação social e se interessam nas narrativas naquilo que elas têm por objetivo conseguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Terry Marsden (2004) argumenta que existem duas tendências ao pensar as influências de processos globais na esfera rural e agrícola, uma que se concentra na “ação social e contingência”, que tem uma abordagem mais ligada à dimensão do local, e outra, direcionada dentro de uma perspectiva da economia política, atrelada a suposições regulacionistas, que vincula-se à ideia de regimes de acumulação, em uma abordagem mais global. Para o autor, essa polaridade nas abordagens está relacionada a uma falsa oposição entre a ideia de local e global, pois “cada construção é uma condição da outra” (Marsden, 2004:79). Defende-se, então, uma visão mais integrada dessas perspectivas, construindo uma visão onde a agricultura é parte da “natureza social”, de modos de regulação social em que se articulam atuações e estratégias de atores sociais.

Dentro de uma visão mais “global”, Yamila Goldfarb (2012) traz algumas considerações importantes para pensarmos as transformações do sistema agroalimentar a partir da globalização e do neoliberalismo. Partindo de uma leitura de David Harvey, a autora faz uma explanação dos modos de transformação do capital dentro da dimensão agroalimentar. A partir dessas referências, a autora argumenta que o neoliberalismo foi uma “maneira de restaurar as condições de acumulação do capital” contra as medidas regulatórias – keynesianismo –, representando uma retomada de poder pelas elites. Essas transformações conduziram a um “atrelamento da produção de alimentos ao sistema financeiro” à medida em que se reduziam as ações de regulação do mercado pelos governos. Esse atrelamento, citando Philip McMichael, levou a submissão da produção a uma lógica especulativa, gerando insegurança alimentar. O conceito de soberania alimentar surge, justamente, segundo Goldfarb, de uma reação ao poder corporativo e da necessidade de impedir que o alimento entre na roda do mercado, visto que é algo essencial para a vida.

Ainda sobre as transformações acarretadas pelo neoliberalismo no campo, Henry Bernstein (2011) explana que a pressão exercida pelo FMI e pelo Banco Mundial forçaram a adoção de medidas de inclusão do campo ao “modo capitalista agrário globalizado”, provocando um aumento de concentração de terra, mercantilização da subsistência camponesa, incentivo à monocultura de produtos para exportação e precarização do trabalho rural. O autor dá ênfase, também, às “dinâmicas contraditórias das relações



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

sociais capitalistas”, que, por sua vez, também se relaciona com a diferenciação de classe, o que no campo é representado pela mercantilização do camponês e pelas diferentes formas de acesso aos incentivos para sua produção. Todas essas questões levaram a um debate sobre o processo de “desaparecimento do campesinato<sup>12</sup>” em que a globalização representaria o seu último estágio. No entanto, alerta Bernstein, antes de declarar seu fatal desaparecimento, é preciso passar de uma “sociologia econômica da relações e dinâmicas de classe” para uma “sociologia política da identidade e consciência de classe”, e, nesse sentido, é possível falar de uma “resistência agrária global” ou um “contramovimento agrário”.

Neste enfoque, Bernardo Fernandes (2003) vai argumentar que a predominante racionalidade econômica não permite aprofundar a análise da “questão agrária”, isso porque ela é insolúvel<sup>23</sup> na sociedade capitalista, o que se representa na tendência de reduzir uma questão política para o espaço econômico, tentando diluir ou invisibilizar identidades políticas. Nessa mesma linha de raciocínio, Mónica Figurelli (2016), defende que a tentativa de tipificar, delimitar e criar categorias sobre o que é o camponês, dentro de uma perspectiva de “tipos sociais”, sempre leva um questionamento do seu desaparecimento porque concentra-se em “atributos definidos a priori”. Nesse sentido, é preciso “trocar as lentes” para pensar em termos de “processos relacionais” e “oposições constitutivas”: “sujeitos que disputam identidades en situaciones y oposiciones concretas” (Figurelli, 2016:4). Nesse sentido, é fundamental questionar o jogo social de oposições que a identidade camponesa permite observar.

En vez de debatir con criterios abstractos cuál terminología es la más correcta para referirse a las personas sobre las que hablamos, o si esas personas están entre las últimas muestras de una forma de existência destinada a desaparecer, me parece más útil flexibilizar los criterios para considerar su práctica concreta y las categorías que ellas mismas utilizan para describir su universo.(FIGURELLI, 2016:4)

Segundo a autora, dentro desses termos, tanto o ativismo e a identidade camponesa, quanto seu modo de produção é delineada em contraste ao sistema de produção do agronegócio. Dentro dos seus discursos, é possível ouvir que a agricultura camponesa é aquela que permite construir a soberania alimentar, porque é aquela que produz o alimento para a necessidade humana e não para a acumulação de capital, assim produz de forma “sana” e “curativa”, recuperando o solo e o meio ambiente, com sementes próprias, de maneira diversificada e sem agrotóxico, conservando a biodiversidade e sem a exploração humana. Dessa forma, segundo a autora, a identidade camponesa se constrói a partir de um modo de produzir que é também “una manera de ser y vivir”.

Para entendermos um pouco melhor a formação do movimento camponês, Peter Rosset(2016) traz alguns pontos relevantes sobre a evolução do pensamento do movimento. Assim como Fernandes (2003), Rosset afirma que a luta do movimento camponês não é apenas por terra, mas se configura

<sup>2</sup> Metamorfoseando-se em agricultor familiar a partir de sua inserção no mercado ou transformando em trabalhador rural vendendo sua força de trabalho.

<sup>3</sup> Sua recriação, segundo o autor, acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra. (FERNANDES, 2003)



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

também em uma “batalla de ideas – territorio inmaterial –” em que se está associada. A configuração dessa concepção do “não lutamos apenas por terra” é parte desse mesmo processo de evolução de seu pensamento. A reforma agrária foi, no início do movimento, uma de suas principais bandeiras, no entanto, a partir de experiências com políticas redistributivas e ocupações, foi observado que era preciso algo mais que fizesse frente às concepções predatórias da terra e da sua visão privativa, era necessária uma política dirigida à agricultura campesina com ênfase na soberania alimentar, onde o uso da terra parte de uma concepção coletiva e de responsabilidade social. A partir de 2006, o movimento passa abranger e agregar outras identidades políticas e étnicas, aderindo uma concepção de o “povo da Terra”. Com essa rearticulação de identidades, o movimento passa a aderir também a ideias que vêm do movimento indígena, “terra” aliando-se a concepção de “território”.

En palabras del veterano líder agrario Faustino Torrez, de Nicaragua: “el territorio expresa la identidad de un pueblo, es donde los ancestros vivieron y donde todavía residen, significa conocimiento y saberes, memoria histórica y el derecho al usufructo de los recursos comunales que propiamente dicho, pertenecen a la Madre Tierra” (ROSSET, 2016:8)

Da mesma forma que essas concepções se desenvolveram dentro do movimento, a ideia de uma alternativa agroecológica surge primordialmente de uma experiência prática em que se verificava uma constante degradação do solo e dos recursos naturais, muitas vezes resultados de seus usos inconsequentes, dificultando o cultivo e a permanência de ocupações e assentamentos. A adesão às práticas agroecológicas surge da necessidade de recuperar essas terras e viabilizar as próprias táticas de ocupação e cultivo das terras assentadas. No entanto, rapidamente as ideias ecológicas ganham espaço dentro do movimento e passam a integrar parte de sua própria identidade em contraposição ao modelo do agronegócio.

Segundo Estefanía Forés (2012), apesar das desigualdades ao acesso à terra, as mulheres são as principais responsáveis pela adesão de práticas agroecológicas. A identificação feminina com as práticas agroecológicas e as correntes ligadas ao ecofeminismo<sup>4</sup>, segundo autora, dá-se pelo deslocamento do entendimento do paradigma do desenvolvimento para uma abordagem de sustentabilidade da vida, do bem viver<sup>45</sup> e da ética do cuidado que se conectam com virtudes relegadas ao papel feminino imposto pelo patriarcado. Em sua visão, e na de Amaia Orozco (2014), o papel do ecofeminismo se concentraria na denúncia das opressões do “(neo)colonialismo heteropatriarcal globalizado” e seu “androcentrismo”, na denúncia dos impactos da destruição da natureza na vida das mulheres, no reconhecimento de vínculos entre a dominação da natureza e a opressão das mulheres e na defesa da ética do cuidado que se corresponde na universalização do papel do cuidado.

---

<sup>4</sup> Corrente feminista que surgiu na década de 60 através de movimentos sociais que questionavam não apenas as relações de poder entre homens e mulheres, mas também o consumismo da sociedade industrial, as guerras, as armas nucleares e modelo de desenvolvimento que ver a natureza como um recurso infinito a serviço da acumulação de capital. (FORÉS, 2012)

<sup>5</sup> Segundo Rosset, esse conceito também descende do intercâmbio com o movimento indígena. (ROSSET, 2016)



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

¿Cuáles son los vínculos entre la dominación del actual sistema agroalimentario mundial sobre la naturaleza y la opresión de las mujeres campesinas?(FORÊS, 2012: 19)

Segundo Orozco, quando se troca o centro para pensar em termos de “sustentabilidade de vida”, provoca-se uma rebelião contra esse “status quo”, muda-se o foco da acumulação do capital para pensar o bem e o mal-estar, as necessidades humanas, o bem viver. Trocar essas lentes, permite pensar o pessoal dentro de um contexto mais amplo da cotidianidade, enxergando os seus aspectos políticos, revelando também âmbitos ocultos de tensões e opressões e os lugares cômodos em que se situam (evidencia-se, aí, o heteropatriarcado como constitutivo da socioeconomia) e permite, por fim, questionar a “teocracia mercantil” e os conceitos da economia. Em outras palavras, permite questionar o “projeto modernizador”. Nesta dimensão, Orozco vê a necessidade, dentro de uma construção coletiva do pensamento feminista, de buscar uma autocrítica, pensar os seus “cegos”, os vieses que a conectam a esse “projeto”. Isso se encontra, por exemplo, na tendência de buscar explicações universais, na ausência de um “corpo<sup>56</sup>” e na desatenção à função criadora do discurso.

Trilhando esse mesmo caminho, Francesca Gargallo (2007) conta-nos que o feminismo latino americano surge a partir de uma visão crítica à globalização, ocidentalização e ao neoliberalismo, que se configuram, para a autora, como uma reorganização do racismo e do colonialismo: “es imposible dissociar el patriarcado contemporáneo del racismo, el colonialismo y el capitalismo” (GARGALLO, 2007: 16). É na flutuação destas ideias e no diálogo com o feminismo indígena comunitário que Gargallo (2014) se questiona sobre a existência de um pensamento feminista não ocidental, de um feminismo não concebido desde fundamentos da modernidade que se relaciona em pensar ideias feministas formadas por mulheres que nem sempre correspondem aos interesses e compromissos metafísicos ocidentais:

Identificarse como mujeres en proceso de liberación de las opresiones patriarcales no es lo mismo en un mundo visualizado como dual, complementario aunque desigual, necesariamente dialógico y complejo, que desde un mundo binario y contrapuesto. (GARGALLO, 2014: 20)

Nesse sentido, revisitar a história em sua complexidade, reconhecer outras “modernidades” e reconhecer que existem outras vivências e experiências baseadas em suas localidades e geografias que não podem ser reduzidas em uma única história ou a um único universo epistêmico é pôr em “crise” a hegemonia cultural do colonialismo. E é só através desse reconhecimento e do deslocamento da perspectiva de “modernidade emancipadora” que é possível conceber outras formas de pensar o feminismo, onde, por exemplo, dentro do ativismo feminista indígena comunitário, entende-se como “toda acción organizada por las mujeres indígenas en beneficio de una *buena vida* para todas las mujeres” (GARGALLO, 2014:21).

---

<sup>6</sup> Supostamente sem um corpo, mas que na realidade são mulheres brancas, urbanas, do norte global, com capacidade normativa. (OROZCO, 2014)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre bases de um feminismo camponês agroecológico é, por consequência, adentrar ao pensamento crítico, à “descolonialidade<sup>67</sup>” e a uma nova ética do viver. Tentar entender esse processo e suas possíveis contradições e tensões é também parte deste trabalho. Como as mulheres camponesas se articulam dentro do movimento camponês? Como ocorrem os debates entorno das correntes feministas dentro desses espaços? Como ocorrem os diálogos entre os novos modelos de agricultura ecológica e o sistema tradicional das famílias camponesas? Como se relacionam com o conhecimento local? Quais são as mudanças na vida cotidiana destas mulheres, nas relações de gênero e em suas próprias identidades?

Em um outro ponto, visto o crescente interesse do Estado de Pernambuco com as práticas agroecológicas, o presente trabalho tende a contribuir para a visibilização da atuação das mulheres nos projetos agroecológicos, que têm por consequência o aumento da segurança alimentar, da sustentabilidade e da preservação da biodiversidade. Nesse mesmo ímpeto, o desenvolvimento da pesquisa pode contribuir também para o desenvolvimento de políticas públicas que atuem na proteção social das mulheres camponesas, aumentando seus poderes de atuação social, na qualidade de vida e no desenvolvimento das práticas agroecológicas desenvolvidas em seu ativismo social.

## REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Henry. **A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização** . in Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, p. 52-81; mai./ago. 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. in Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

<< <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>>>

FIGURELLI, Mónica F. **Alimentación, vida y naturaleza: La construcción de lo camponês entre movimientos populares agrarios** . in Mundo Agrario vol. 17, nº 36, e037, diciembre 2016.

<< <http://scielo.org.ar/pdf/magr/v17n36/v17n36a13.pdf>>>

FORÉS, Estefanía G. **Ecofeminismos Rurales: Mujeres por la Soberanía Alimentaria** in Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas. Ed.1º2012.

<< [http://www.mujeerpalabra.net/libros/pdf/ecofeminismos\\_sobalimentaria.pdf](http://www.mujeerpalabra.net/libros/pdf/ecofeminismos_sobalimentaria.pdf)>>

GARGALLO, Francesca. **Feminismo Latinoamericano** . in REVISTA VENEZOLANA DE ESTUDIOS DE LA MUJER - CARACAS, Vol. 12- Nº 28, 2007.

\_\_\_\_\_. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América** . Editorial Corte y Confección, Ciudad de México,2014.

<< <https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/librosdefg/feminismos-desde-abya-yala/>>>

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. in: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som** : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOLDFARB, Yamila. **A Agricultura a partir do Neoliberalismo: Financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar**. i n R. AGRÁRIA, São Paulo, No. 17, pp.42-58, 2012.

<< <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/82744/106167>>>

<sup>7</sup> Conceito trazido por Walter Mignolo que configura-se na construção de um pensamento fronteiriço, em que “inverte las éticas y las políticas del conocimiento”(MIGNOLO, 2010)



# III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Estudos de narrativas. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARSDEN, Terry K. **Globalização e Sustentabilidade**: Criando espaço para alimentos e natureza. *in* CAVALCANTI, Josefa S.B (org.) Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Ed. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco, 2004.

<< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130125124/salete.pdf>>>

MARTINS, Heloisa H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. *in* R. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Epistêmica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires, Ediciones del Signo. 2010.

OROZCO, Amaia P. **Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Edt. Traficantes de Sueños 1ªed. 2014.

<<[https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40\\_subversion\\_feminista.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40_subversion_feminista.pdf)>>

ROSSET, Peter M. **La reforma agraria, la tierra y el territorio**: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. *in* Mundo Agrario vol. 17, nº 35, e021, agosto 2016.

<< <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/download/MAe021/7546/0>>>

SUBERCASEAUX, Ximena V. **Feminización del empleo y trabajo precario en las agriculturas latinoamericanas globalizadas** . *in* Cuadernos de Antropología Social /41, 2015

<< <http://scielo.org.ar/pdf/cas/n41/n41a03.pdf>>>